

TEORIAS RACIAIS E EDUCAÇÃO NO BRASIL DE 1870 A 1930. *Elisandro Rheinheimer, Alceu Ravanello Ferraro (orient.) (EST).*

Este trabalho trata das relações entre raça e educação no período de 1870 até 1930. A literatura pesquisada leva à divisão desse período em três fases. A primeira vai de 1870 até a abolição da escravatura em 1888. Caracteriza-se por uma suposta "convivência harmônica" entre as raças dentro de um sistema monárquico e escravocrata. Conforme as vozes abolicionistas da época, a educação e escravidão eram pontos que se repeliem mutuamente (Nabuco). A denúncia dos abolicionistas consistia em que a precariedade da educação servia para reproduzir o "regime de ignorância" no qual a população era mantida, essencial à continuidade da ordem escravocrata. A segunda fase se estende da abolição e República até a 1ª Guerra Mundial. A elite pensante, com destaque para intelectuais como S. Romero, Nina Rodrigues, E. da Cunha e Oliveira Vianna, assume sem questionamento as teorias raciais vindas do exterior, aplicando-as ao contexto brasileiro. O resultado dessa importação teórica é um impasse: se há raças superiores e inferiores e se estas últimas tendem a desaparecer, o que fazer com um país altamente miscigenado (multirracial) como o Brasil? A solução imaginada na época foi reforçar a miscigenação do povo, apostando em seu branqueamento progressivo. A educação foi vista como um meio para a solução do impasse. Neste caso, a educação teria uma função civilizadora no sentido de ajustar o liberto, de fazer dele um bom cidadão e um bom trabalhador. M. Bonfim foi a voz crítica nessa fase. A terceira fase vai do término da 1ª Guerra até 1930. Nessa fase, o atraso do país já não é associado a origens raciais e caracteres inatos, mas a questões sociais, sendo a educação, ou a falta dela, fator determinante. Nesse sentido, é Roquete Pinto que merece destaque.